**TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: POLITICAS PUBLICAS EM (DES)COMPASSO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Patrícia Lima de Souza França

**Mestranda em Educação Inclusica – PROFEI –** UNIMONTES

**professorapatricialimafranca@gmail.com**

Maione Vieira Teixeira Souza

Mestranda em Educação Inclusica – PROFEI – UNIMONTES

Maionevieira2020@gmail.com

Professora Dra. Bernarda Elane Madureira Lopes

UNIMONTES

[elanemadureira@yahoo.com.br](mailto:elanemadureira@yahoo.com.br)

**Eixo:** **Políticas Públicas e Gestão da Educação**

**Resumo**

Este estudo analisa as lacunas entre as políticas públicas de inclusão escolar e sua aplicação prática nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), com foco na continuidade e eficácia das tecnologias assistivas. A pesquisa, fundamentada em autores como Januzzi (2012), Mazzotta (2011) e Pleitsch (2018), destaca como a ausência de investimentos sustentáveis compromete o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas. O trabalho explora o uso de tecnologias assistivas de baixo custo, elaboradas com materiais recicláveis, como alternativas pedagógicas que compensam a falta de recursos, mas não resolvem a fragilidade da gestão pública. A análise critica as contradições das políticas educacionais, apontando para a necessidade urgente de práticas mais efetivas e sustentáveis na gestão da Educação Especial.

**Palavras-chave** Educação Especial, Tecnologias Assistivas, Políticas Públicas, Inclusão Escolar, Gestão Educacional.

**Introdução**

A Educação Especial na perspectiva inclusiva tem como objetivo garantir o acesso à aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são essenciais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desses alunos, oferecendo recursos específicos, como as tecnologias assistivas. Contudo, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta desafios significativos, especialmente devido à falta de continuidade nas políticas públicas e à gestão inadequada dessas salas nas redes públicas. Este estudo busca explorar essas questões e os impactos da gestão pública sobre as práticas inclusivas.

**Justificativa e problema da pesquisa**

As Salas de Recursos Multifuncionais, que são espaços destinados ao AEE, dependem de uma estrutura sólida e contínua, tanto em termos de equipamentos quanto de formação dos profissionais que nelas atuam. A pesquisa se justifica pela crescente preocupação com a descontinuidade das políticas públicas de Educação Especial, que não garantem a manutenção e atualização das tecnologias assistivas. Diante disso, o problema de pesquisa é: como a fragilidade nas políticas públicas de manutenção impacta a qualidade da suplementação pedagógica nas SRM e compromete o direito à educação inclusiva dos alunos com deficiência?

**Objetivos da pesquisa**

O objetivo principal deste estudo é analisar os efeitos das lacunas nas políticas públicas voltadas à Educação Especial sobre a qualidade do AEE nas SRM, com foco no uso de tecnologias assistivas de baixo custo. Busca-se também entender como a falta de investimentos impacta a prática docente e o desenvolvimento dos alunos com deficiência, especialmente nas escolas públicas municipais.

**Referencial teórico que fundamenta a pesquisa**

A pesquisa é sustentada pelas contribuições de **Januzzi (2012),** que analisa a trajetória da Educação Especial no Brasil e os desafios da inclusão; **Mazzotta (2011),** que discute a importância do papel do Estado na efetivação da inclusão; e **Pleitsch (2018)**, que aborda as contradições das políticas públicas e suas implicações para a educação inclusiva. Esses autores são fundamentais para compreender a complexidade das políticas públicas de Educação Especial e seus reflexos nas práticas de inclusão escolar.

**Procedimentos metodológicos**

Este estudo adota uma metodologia bibliográfica, com uma revisão crítica da literatura sobre as políticas públicas de Educação Especial, as tecnologias assistivas e a gestão das Salas de Recursos Multifuncionais. Foram analisados artigos, livros e documentos legislativos, com foco em pesquisas nacionais que abordam a temática da inclusão escolar e os desafios da Educação Especial. A metodologia permite uma reflexão crítica e detalhada sobre a gestão pública e a eficácia das políticas educacionais voltadas à educação inclusiva.

**Análise dos dados e resultados finais da pesquisa**

A análise bibliográfica revela que, apesar de marcos legais que garantem o direito à inclusão, a falta de continuidade nas políticas públicas de Educação Especial compromete a efetividade das Salas de Recursos Multifuncionais. A pesquisa aponta que o uso de tecnologias assistivas de baixo custo, muitas vezes confeccionadas com materiais recicláveis, se configura como uma estratégia de resistência frente à escassez de recursos, mas não resolve as lacunas estruturais que afetam a qualidade do AEE. A fragilidade na gestão e na continuidade das políticas públicas também impede a implementação de práticas inclusivas sustentáveis e de longo prazo..

**Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED**

O objeto de estudo desta pesquisa se insere diretamente no campo da Educação Especial, com foco na implementação de práticas inclusivas nas escolas públicas. O uso de tecnologias assistivas nas Salas de Recursos Multifuncionais é uma estratégia pedagógica fundamental para garantir o acesso de alunos com deficiência ao currículo escolar. Este trabalho se alinha com o eixo temático "Políticas Públicas e Gestão da Educação", uma vez que investiga a fragilidade da gestão pública na implementação e continuidade das políticas de Educação Especial. A pesquisa também aborda as contradições entre a legislação inclusiva e a realidade prática nas escolas, refletindo sobre as (im)possibilidades de uma educação inclusiva eficaz, que esteja em conformidade com as diretrizes nacionais de inclusão escolar. Dessa forma, o estudo contribui para a discussão sobre a sustentabilidade das políticas educacionais e a necessidade de uma gestão pública mais eficiente e comprometida com a educação de todos, especialmente os alunos público-alvo da Educação Especial.

**Considerações finais**

A pesquisa reforça a necessidade de um compromisso contínuo por parte do Estado com a inclusão escolar, não apenas na implementação inicial das SRM, mas também na manutenção e atualização dos recursos tecnológicos utilizados no AEE. As políticas públicas de Educação Especial devem ser mais robustas e sustentáveis, garantindo a formação contínua dos profissionais da educação e o acompanhamento efetivo das práticas pedagógicas. Somente com políticas públicas eficazes e sustentáveis será possível assegurar uma educação inclusiva de qualidade e justa para todos os alunos com deficiência.

**Referências**

JANUZZI, G. M. Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão. Campinas: Autores Associados, 2012.  
MAZZOTTA, M. J. S. Políticas Públicas de Educação Especial no Brasil: um balanço. São Paulo: Cortez, 2011.  
PLEITSCH, D. Educação Inclusiva e Políticas Públicas: reflexões sobre o papel do Estado. Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018.